

## Balanco das lutas do SAE-DF em 2015

Mal começou a nova gestão no GDF em 1º de Janeiro/2015 e as categorias do DF, inclusive os servidores da Carreira Assistência à Educação, foram bombardeadas com ataques em vários direitos e conquistas. Ataques esses que mereceram nossa imediata reação com mobilizações, acampamentos, reuniões, audiências públicas, assembleias e atos públicos. O fato é que começamos o ano sem pagamento, sem gratificação natalícia e sem férias para quem solicitou o benefício em Janeiro.

Um começo de ano muito complicado com servidores sem ter como pagar dívidas e outros compromissos. Depois de muita pressão para receber os salários e benefícios, vieram o ataques às nossas conquistas.

Foram meses difíceis e de grandes enfrentamentos, principalmente na questão dos reajustes conquistados pelos servidores na reformulação do Plano de Carreira que o atual governo, através de uma ação do Ministério Público, insistia em acabar.

Fomos vitoriosos em muitas demandas e outras precisamos ainda conquistar, mas não temos dúvida que colheremos os frutos das lutas que a direção do SAE tem implementado, contando sempre com a força da categoria.

Em nível nacional a direção do SAE também deixou a sua marca de luta participando de atos contra ameaças aos direitos trabalhistas, e principalmente contra o PL da terceirização que permite terceirizar atividades fins no setor público. Combater o retrocesso e defender nossas reivindicações, no GDF ou Governo Federal, definem nossas ações diárias por mais salários e mais benefícios.



# A luta do SAE sem trégua em 2015

## Salários atrasados

Logo após o Ano Novo, a direção do SAE-DF mobiliza a categoria para lutar por direitos básicos como o pagamento dos salários, férias e 13º. Fizemos atos públicos e acampamento em frente ao Palácio do Buriti para lembrar à gestão que se iniciava de que não daríamos trégua enquanto não fossem pagos os salários e demais pendências. Ao mesmo tempo, começamos a negociar com o governo do DF e a cobrar uma resposta quanto a datas de pagamentos do que nos era devido, lembrando que a situação dos servidores estava crítica pela falta de pagamento. Depois de muita negociação, o GDF fez a proposta de parcelar a dívida, o que não foi aceito pelo SAE, CUT e outras categorias e novas mobilizações aconteceram, até que o GDF enviou à Câmara Legislativa uma proposta de antecipação de receitas para quitar os débitos. A luta agora era junto aos deputados distritais para aprovar logo a Antecipação de Receitas Orçamentárias – ARO.

No entanto, o governo do DF demorou a enviar o projeto de Lei que solicitava a Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) e novas reuniões, negociações e visitas aos parlamentares aconteceram com a participação da direção do SAE-DF, CUT e demais entidades. Depois de muita pressão o projeto chegou à Câmara Legislativa e a direção do SAE cobrou agilidade dos parlamentares na votação do PL.

No entanto, deputados da base aliada do atual governo fugiram do plenário para impedir o quórum para a matéria não ser votada, ficando claro que o governo do DF não estava disposto a quitar



as dívidas que tinha com os servidores.

Diante disso, a direção do SAE realizou Assembleia e a categoria decretou estado de alerta.

Finalmente no final de fevereiro, o GDF, pressionado pelas categorias em luta, se comprometeu em remanejar recursos para pagar os atrasados.

## Pauta de Reivindicações

Ao mesmo tempo em que lutava pelo pagamento dos atrasados, a direção do SAE também participou de reunião na Secretaria de Educação para apresentar a nossa Pauta de Reivindicações, entregando ao governo as prioridades da categoria nos pontos apresentados.



**Comissão de Negociações do SAE se reúne com o Secretário de Educação Júlio Gregório e protocola pauta de reivindicações**

## Auxílio Saúde

Em discurso, durante audiência da Educação na Câmara Legislativa, o Secretário Geral do SAE, Denivaldo Alves, cobra do GDF o fim da discriminação aos servidores da Carreira Assistência à Educação, e exige que o governo pague o auxílio saúde da categoria. Após esse encontro, a direção do SAE continuou na luta pelo benefício e em nova reunião com a subsecretária, Mari Trindade, ela disse que o GDF está fazendo levantamento de custos para dizer se concederá ou não o auxílio saúde.

E tem sido sempre assim, a cada reunião que acontece entre a comissão de negociação do SAE e o GDF, um dos pontos colocados é o auxílio saúde. Em nova reunião, desta vez com o Secretário de Estado de Educação, Júlio Gregório Filho, este prometeu empenho junto ao governo para resolver a situação dos servidores quanto ao benefício. Em reunião com a presidente da Câmara Legislativa, Celina Leão, esta se comprometeu em defender o auxílio saúde para os servidores da Carreira Assistência à Educação.



## GDF aponta retrocesso – Categorias se mobilizam

Vencida a luta pelo pagamento de salários e benefícios, o governo lançou várias bombas em direção aos servidores do GDF, dentre elas uma Ação do Ministério Público contra as últimas fases da implantação das reestruturações das Carreiras previstas para este ano. Mais de 30 categorias também seriam afetadas pela ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade.

## CUT e Sindicatos na luta contra ADI

A CUT, junto com o SAE e outras entidades cujas categorias também seriam atingidas pela ADI, encampou a mobilização dos servidores e das servidoras para, em ações conjuntas lutar contra a ação movida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT. O objetivo da ADI era o de impedir a implantação das reestruturações de carreiras asseguradas em leis vigentes desde o ano de 2013.

Nesse sentido, a CUT, junto com os sindicatos, realizou plenárias de mobilização das categorias.



## Vitória: TJDF mantém reajustes de salário dos servidores do GDF

## VITÓRIA DOS SERVIDORES

**TJDF decide por 17x0 pela improcedência da ADI**



No dia 26/05, o TJDF (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios) julgou a ADI movida pelo Ministério Público do DF que questionava 31 leis aprovadas em 2013, ainda durante a gestão anterior, e que reajustou salários e concedeu benefícios aos servidores públicos do GDF.

Assim que o Ministério Público questionou os reajustes, através de ADI, a direção do SAE participou de todas as atividades de luta e mobilização para garantir o reajuste dos servidores. Na véspera do julgamento, dia 25/05, a direção do SAE foi, junto com a CUT e demais entidades, para uma vigília em frente ao TJDF e ali passaram a noite toda, bem como a manhã do dia 26, pois o julgamento só teve início no período da tarde.

Felizmente prevaleceu a justiça, garantindo assim tudo o que conquistamos com muita luta na gestão passada e que a atual insiste em destruir.



## PLANO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO

O Plano Distrital de Educação - PDE, embora o Governador Rodrigo Rollemberg tenha vetado grande parte do texto aprovado na Câmara Legislativa do Distrito Federal, é um conjunto de metas e estratégias destinadas à melhoria geral da educação, com previsão da elevação de investimentos destinados à qualificação e à valorização dos profissionais da educação. Em se tratando de melhorias da nossa remuneração, a meta 17 do plano prevê a equiparação salarial dos profissionais da educação, no mínimo, à média dos salários pagos a servidores públicos no Distrito Federal de outras áreas da administração pública com mesmo nível de escolaridade, até o quarto ano de vigência do plano.

Os recursos destinados à melhoria da educação no país, o que inclui a valorização dos trabalhadores em educação, virão da ampliação do investimento público em educação pública em todo o Brasil. Com esse propósito, a Meta 20 do PNE prevê a elevação desse investimento para até o patamar mínimo de 7% do Produto Interno Bruto - PIB no 5º ano de

vigência do plano nacional, devendo chegar a, no mínimo, 10% do PIB ao final dos dez anos do plano.

Nesse mesmo sentido, o PDE se propõe a dobrar, até o final de sua vigência, o percentual do PIB local atualmente investido na educação pública.

Além disso, a Lei Federal nº 12.858/2013 prevê que 50% do Fundo Social do Pré-Sal e 75% dos royalties do petróleo deverão ser aplicados em educação em todo o Brasil.

Nós - trabalhadores e trabalhadoras na educação pública do Distrito Federal ativos e aposentados - devemos ficar bastante vigilantes e exercer o acompanhamento permanente da execução de cada uma das estratégias do plano destinadas ao fiel cumprimento de suas metas.

Portanto, solicitamos a toda a nossa categoria que fique atenta às informações sobre esse assunto publicadas em nossos meios de comunicação. Acompanhar de perto, nos mantendo informados sobre os desdobramentos do PDE, é fundamental para o seu cumprimento.

# A nossa Carreira evolui através das nossas lutas

Houve um tempo em que os funcionários da Carreira Assistência à Educação eram celetistas, ganhavam salário mínimo e eram chamados de auxiliares da educação. Não tinham Carreira e sofriam toda sorte de discriminação, muitos, inclusive, obrigados a prestar serviços domésticos para diretores.

Em 1989, com muita luta, e a decisiva participação de diretores do SAE que passaram meses negociando, estudando e elaborando propostas, conquistamos o nosso primeiro Plano de Carreira. Na época, foi um grande salto nos nossos vencimentos, apesar de muitas das reivindicações apresentadas que não foram atendidas, como a qualificação profissional.

Apesar das melhorias, logo o plano já estava engessado conforme os servidores iam avançando na estrutura do plano até ficarem estacionados.

Então vem a luta pela reestruturação do Plano de Carreira, que aconteceu em 1992, com significativos ganhos, mas o governo sempre deixava de atender algo importante, como a valorização da escolaridade dos servidores.

Ao mesmo tempo que lutava por transformações em nossa Carreira, a direção do SAE entendeu que era preciso ser o agente dessas transformações e teve grandes ações nesse sentido, através de convênios, cursos do governo (arrancados na luta e negociação), entre outros para elevação da escolaridade da categoria e assim avançarmos ainda mais. Eram tempos difíceis em que a luta pela sobrevivência tomava o tempo das pessoas 24 horas por dia. Uma grande maioria tinha escolaridade mínima e não teria chance de progressão na Carreira.

Mas com vontade, sacrifícios pessoais e determinação, a categoria compreendeu que era preciso avançar, participando ativamente dos cursos de elevação da escolaridade. Só assim, foi possível vivenciar os avanços que se seguiram. Uma ampla campanha do SAE para elevar a escolaridade, mas também a autoestima, quando nos intitulamos como também educadores foi fundamental para sairmos da invisibilidade e mostrar ao governo, à sociedade e comunidade escolar a importância da nossa atividade para o bom funcionamento da escola.

Essa campanha do SAE-DF foi fundamental para nos transformarmos em uma categoria ativa e respeitada.

Assim, em 2003 fomos à luta e conquistamos a valorização por qualificação profissio-

nal, com significativos ganhos salariais para a nossa Carreira. Isso mostra a visão que a direção do SAE teve de mostrar à categoria, ainda nos anos 90 a importância da elevação da escolaridade tendo como primeiro objetivo a conclusão do ensino médio e depois o curso superior, pós-graduação, doutorado, mestrado, além dos cursos técnicos. Muitos companheiros e companheiras, na época, sequer tinham o ensino fundamental e com muito sacrifício percorrem todos os degraus, deixando a todos orgulhosos pelo esforço. A direção do SAE acompanhando todo o processo e comemorando cada diploma conquistado pelo servidor.

Em 2011 iniciamos uma nova luta para reestruturar a Carreira, com uma grande greve, e a partir dela, passamos a negociar per-

manentemente com a gestão anterior até a conquista da Lei 5.106/2013, oriunda do PL 1317/2017 que apontou para a progressão de vencimentos com base no tempo de serviço e na habilitação.

Naturalmente que pontos foram deixados de fora pelo GDF e CLDF, mas isto já aconteceu das outras vezes, então é só uma questão de tempo iniciar uma nova luta por mais uma reestruturação da Carreira que contemple mais reivindicações.

O fato é que sempre avançamos ao longo dos anos de luta da categoria e da direção do SAE-DF. Isso é inegável, é inquestionável. Basta voltar no tempo para verificar o progresso e a tendência é que avancemos mais, pois ainda não temos tudo o que desejamos e merecemos, por isso, a luta continua.



# Comparação entre a estrutura anterior e a atual da nossa Carreira

## Progressões anuais de vencimentos a partir de 1º de setembro/2015

Com a implantação da terceira fase da reestruturação da nossa carreira em 1º de setembro de 2015, garantida com a derrota na justiça da tentativa de o governo impedi-la, a progressão dos vencimentos básicos passará a ser anual, em substituição ao sistema de progressões baseado em gratificações, que ocorria de três em três anos. Esta é, portanto, uma importante mudança em relação à lei anterior.

### 2. Aumento do auxílio alimentação.

O valor do nosso auxílio-alimentação era de R\$198,00. Desse valor era descontada uma contrapartida que, muitas vezes, superava a casa dos 50% de desconto. Por isso, em alguns casos, o valor líquido desse benefício não chegava a R\$100,00.

Como resultado do processo de negociações a contrapartida foi abolida e o valor do auxílio alimentação passou a R\$304,00, líquidos. Agora, no processo de negociação da nossa carreira, conseguimos um aumento de 22,7% do auxílio-alimentação, o que elevou o valor do benefício a R\$373,00, chegando a R\$ 395 líquidos em 2014, benefício este estendido a outras categorias.

Nossa luta, entretanto, é pela equiparação do valor do auxílio-alimentação com outras categorias que recebem bem mais que isso, havendo sido acertado na mesa de negociações com o governo um processo anual de reajustes visando a esse objetivo.

### 3. Com a nova lei, os Agentes de Gestão Educacional poderão progredir até o nível superior.

Pela lei anterior, a progressão do vencimento do servidor ocupante das especialidades do cargo de Agente de Gestão Educacional só alcançava a formação em nível médio. Já pela nova lei, a progressão desses profissionais poderá alcançar o nível superior, bastando, para tanto, a apresentação de um requerimento na unidade administrativa competente solicitando a mudança de etapa.

### 4. Curso PROFUNCIÓNÁRIO é valorizado na nova estrutura.

O curso PROFUNCIÓNÁRIO corresponde a mais uma possibilidade de progressão por habilitação na nova estrutura da nossa carreira. Na tabela de vencimentos básicos, esse curso representa um valor intermediário entre o valor do vencimento correspondente à formação em nível médio e a formação em nível superior.

### 5. Adicional por Tempo de Serviço – ATS.

De acordo com a estrutura anterior, o percentual do ATS incidia sempre sobre o mesmo valor do início ao fim da tabela de vencimentos básicos.

A partir de 1º de setembro de 2015, o valor do ATS será aumentado anualmente em função o aumento do valor dos vencimentos básicos, que serão maiores a cada ano por conta da substituição do sistema de progressões baseado em gratificação pelo sistema de progressões baseadas em vencimentos básicos

### 6. Gratificação de Incentivo à Carreira – GIC.

A GIC não será totalmente substituída por vencimentos básicos, diferentemente da Gratificação

de Titulação – GT, que foi integralmente substituída em 2013, e da Gratificação de Apoio Técnico Administrativo – GATA, cuja substituição foi completada em 2014.

Em 2015, finalizado o processo de substituição da GT e da GATA, a GIC permanecerá, mas corresponderá a um percentual invariável de 40% a ser aplicado sobre o vencimento básico, isso, para dar lugar à progressão de vencimentos básicos em função do tempo de serviço e da habilitação como principais mecanismos de progressão de vencimentos da carreira. Como consequência, os valores da GIC também vão variar, na mesma proporção em que irão aumentando os vencimentos básicos em razão das progressões.

### 7. Gratificação de Titulação.

Na lei anterior, como forma de remunerar a evolução do nível de habilitação do servidor da nossa carreira, foi criada a gratificação de titulação, conforme abaixo:

- 55% (cinquenta e cinco por cento), no caso de o servidor possuir título de doutor;
- 40% (quarenta por cento), no caso de o servidor possuir título de mestre;
- 15% (quinze por cento), no caso de o servidor possuir título de especialização;
- 7% (sete por cento), no caso de o servidor possuir certificado de curso de atualização;
- 5% (cinco por cento), no caso de o servidor possuir certificado de treinamento;

De acordo com a nova estrutura que foi implantada a partir de setembro de 2013, as parcelas referentes a essas gratificações foram substituídas pelas novas tabelas de vencimento.

### 8. Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI.

De acordo com a nova lei, os vencimentos básicos da tabela de vencimentos foram distribuídos com base nos diferentes níveis de habilitação. Não concordamos com isso.

Ocorre que os cursos de aperfeiçoamento e treinamento que ensejavam a concessão de gratificações na estrutura anterior não se enquadram no conceito de habilitação da nova lei, segundo o qual habilitação é a qualificação do servidor em razão do grau de escolaridade e qualificação profissional exigido para a mudança de etapa no cargo.

Em razão disso, as gratificações correspondentes a esses cursos, foram transformadas em Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas – VPNI.

### 9. Avanços e desafios referentes à progressão de vencimentos básicos.

Os mecanismos de progressão da nossa carreira, na forma definida pela nova lei, são basicamente três:

- tempo de efetivo exercício;
- habilitação;
- cursos de aperfeiçoamento ou formação continuada.

Pela lei anterior, o valor do vencimento básico não variava em função do tempo de efetivo

exercício. Assim o valor do Adicional por Tempo de Serviço e das diversas gratificações tinham como base de cálculo um vencimento básico fixado em um único valor do início ao fim da tabela de vencimentos.

Já de acordo com a nova lei, a progressão de vencimentos decorrente do tempo de efetivo exercício é um avanço a ser valorizado, pois, os valores do adicional por Tempo de Serviço e das demais parcelas, vão variar juntamente com o vencimento básico, que não ficará mais estático como antes.

Com relação à progressão decorrente da habilitação ou titulação, a substituição de gratificações por vencimentos básicos é uma transformação de grande valor, seja porque essa é uma luta antiga dos trabalhadores em educação em todo o Brasil, seja porque a mudança vai propiciar maior consistência à estrutura da nossa remuneração.

O ponto negativo com relação aos mecanismos de progressão é a permanência da exigência de cursos de aperfeiçoamento e formação continuada a cada seis anos de efetivo exercício como forma de impor uma barreira à progressão por tempo de serviço, pela simples razão de que se observa aí a utilização de duplo fundamento para um único efeito financeiro.

Pela lógica, cursos de aperfeiçoamento e formação continuada devem ser levados em consideração para efeito de incentivos remuneratórios à qualificação profissional do servidor, jamais como meio de dificultar a progressão por antiguidade, assim como foi feito com a criação de um vencimento básico específico referente ao curso PROFUNCIÓNÁRIO. Já a valorização por tempo de efetivo exercício deve ter por fundamento unicamente a permanência do servidor na carreira.

Portanto, embora devamos valorizar essas conquistas da categoria no tocante aos mecanismos de progressão, o fim das barreiras à progressão por tempo de serviço e a busca da valorização dos cursos de aperfeiçoamento profissional e formação continuada são desafios que permanecem.



# Visitas às escolas com informes das negociações

A direção do SAE preparou um calendário de visitas às 657 escolas do DF, incluindo as das áreas rurais, das regionais e das sedes I, II e III. Na pauta das visitas informes sobre o compromisso do GDF de quitar os atrasados e sobre a

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade cassando os reajustes salariais dos servidores.

Diante disso, a direção do SAE também alertou a categoria para permanecer em Estado de alerta para defender nossos direitos.



## SAE convoca vigilantes da carreira para a luta

Ao descobrir que o GDF pretendia terceirizar toda a área de vigilância das escolas, a direção do SAE se antecipou, chamou a categoria para uma plenária, e tirou pontos de luta a serem incluídos no projeto que o GDF mandaria para a CLDF.

O objetivo é que não saiam prejudicados em seus vencimentos e direitos no caso de eventual mudança da especialidade de vigilância para outra. A direção do SAE apresentou várias reivindicações em defesa dos 1.600 vigilantes da SEDF.

### DEBATE NA SUGEP

Em reunião realizada no dia 02/06 com a SUGEP, a direção do SAE reafirma sua posição contrária



à terceirização na educação básica pública do Distrito Federal e posi-

ciona-se contra eventuais desvantagens remuneratórias e funcionais dos servidores ocupantes do cargo de Agente de Gestão Educacional na especialidade de Vigilância, diante da intenção do GDF de terceirizar esses serviços.

Se a direção do Sindicato se posiciona contrariamente às contratações de empresas terceirizadas na educação básica pública no Distrito Federal, muito menos aceita a contratação de pessoal terceirizado para a substituição de profissionais em pleno exercício da especialidade de Vigilância nas escolas.

No entanto, nesse histórico processo de terceirização levado a efeito pelo GDF, nosso sindicato

sempre agiu no sentido de proteger os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras da nossa base.

No caso dos vigilantes, não vamos aceitar que o servidor seja transferido de suas funções senão com a sua expressa concordância e desde que não venha a sofrer qualquer redução remuneratória ou qualquer outra desvantagem, seja no presente ou no desenvolvimento da carreira.



## SAE-DF REALIZA IV ENCONTRO DE MULHERES EDUCADORAS

O encontro de mulheres da nossa carreira realizado na CONTAG, foi promovido pela Secretaria de Gênero, Raça e Política para as Mulheres, dirigida pela companheira Izaura Santos, com o apoio da Diretoria Colegiada do SAE, foi mais um passo importante em direção à luta das mulheres pela superação dos muitos

desafios ainda por enfrentar.

Momento distinto do encontro ficou por conta de uma emocionante e justa homenagem prestada à companheira Josefa, diretora do SAE, em razão de sua histórica luta em defesa dos nossos interesses e direitos desde os duros tempos da implacável ditadura militar vivida por este país.



## SAE-DF PRESENTE NO 1º DE MAIO



**Na Torre de TV, CUT Brasília promove ato contra onda conservadora que ameaça direitos trabalhistas, como o PL 4330 da Terceirização, aprovado na Câmara dos Deputados e que hoje está no Senado.**

## Diretoria Colegiada do SAE presente na inauguração da Casa da Mulher Brasileira

A Casa da Mulher Brasileira, em Brasília, fica na quadra 601 do Setor de Grandes Áreas Norte (SGAN). O espaço conta com serviços especializados para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres: acolhimento e triagem; apoio psicossocial; delegacia; Juizado; Ministério Público, Defensoria Pública, entre outros.

A diretoria colegiada do SAE esteve presente no evento que ocorreu nesta terça-feira (02) e contou também com a presença de Izaura Oliveira Santos Secretária de Gênero, Raça

e Política para as Mulheres do SAE e Diretora da Secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT Brasília.

O evento foi promovido pelo Governo do Distrito Federal (GDF) e pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR).



# Luta surte efeito e GDF retira caráter de urgência de PLC'S que mexem com direitos de servidores

Os projetos enviados pelo governo do Distrito Federal à CLDF apresentam mudanças que trazem prejuízos na previdência dos servidores e empregados da Administração Direta e Indireta do DF.

Durante audiência pública na Câmara Legislativa, como forma de demonstrar a todos os presentes a nocividade dos projetos, o Secretário Geral do SAE, Denivaldo Alves, leu uma NOTA DE REPÚDIO, aprovada pelo Conselho de Administração do Instituto de Previdência – IPREV-DF, do qual ele é presidente. Os projetos também receberam críticas de vários parlamentares. Por isso, durante reunião no Fórum em Defesa do Serviço Público, o GDF informou que estava retirando o caráter de urgência dos projetos de lei complementares (PLCs 19, 20 e 21).

Isto significa que o governo do DF apenas adiou, mas continua com a intenção de nos empurrar esses pacotes de maldades. Eles serão votados após discussão com os servidores e os deputados distritais. Portanto, devemos



continuar atentos e mobilizados contra esses PLCs que trarão grandes prejuízos à nossa categoria.

O Projeto de Lei Complementar nº 19/2015 institui o regime de previdência privada complementar para os servidores e empregados da Administração Direta e Indireta do DF. E inclui, obrigatoriamente, os futuros servidores que entrarem no sistema, a partir da aprovação da nova lei.



Além do PLC 19/2015, há outras duas proposições (PLCs 20 e 21) que tratam de mudanças na gestão da previdência dos servidores, acabando com a paridade entre trabalhadores e representantes do governo no Conselho de Administração do Instituto de Previdência dos Servidores (Iprev-DF), reduzindo a participação dos servidores nas decisões e facilitando ao GDF o controle dos recursos e da gestão.

## HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Em reunião no Instituto Federal de Brasília realizada no dia 12/06, SAE participa de debates sobre a profissionalização no âmbito da educação básica pública do Distrito Federal.

A habilitação profissional dos trabalhadores e trabalhadoras em educação não docentes é uma política de gestão pública claramente contrária ao histórico da terceirização na educação básica pública no DF. Nesse sentido, importantes debates sobre formação profissional na área de educação aconteceram naquele dia no Gabinete do Reitor do Instituto Federal de Brasília – IFB, Wilson Conciani, com a participação do SAE e

do SINPRO.

A formação profissional, tanto do magistério quanto para a habilitação profissional dos trabalhadores em educação não docentes, é uma das principais estratégias de promoção da boa qualidade da educação no Brasil. O curso PROFUNCIÓNÁRIO oferecido pelo MEC é uma das iniciativas votadas para essa profissionalização no que diz respeito ao pessoal da nossa carreira.

Nesse sentido, colocamos em debate a necessidade de criação de um mecanismo de progressão salarial capaz de incentivar o avanço dessa formação no tocante aos servidores em exercício de

suas atividades na educação básica pública. Esse novo mecanismo consistiria num valor de um vencimento básico, para quem detém a habilitação profissional, maior que o valor da etapa de progressão correspondente ao seu respectivo nível de escolaridade.

Além disso, colocamos também para debate a expansão da oferta de cursos de habilitação profissional não docente, de nível médio e superior, para toda a sociedade de modo a ampliar a disponibilidade de profissionais habilitados para o exercício das funções relativas à nossa carreira.

A habilitação profissional na área da educação básica pública, portanto, é uma política de gestão pública completamente diversa da política de terceirização que há muitos anos vem prevalecendo no Distrito Federal, num comportamento inverso ao que determina a Constituição Brasileira.

A Constituição Federal impõe a todos os governantes do país a organização de todos os profissionais de educação em carreiras e, no que se refere aos das redes públicas, ingresso exclusivamente por concurso público.

## SAE-DF participa de reunião com o Secretário Adjunto de Educação

No dia 24/06 foi realizada uma reunião na Secretaria Adjunta de Educação que teve como foco a nossa campanha salarial, com destaque para a imediata concessão do auxílio saúde. Na reunião, o Secretário Adjunto, Clóvis Lúcio manifestou a concordância do GDF no sentido de que o auxílio-saúde deve ser estendido à nossa carreira.



## SAE participa de encerramento das atividades do curso Profuncionário

Foi realizada na manhã do dia 30 de junho a solenidade de encerramento das atividades do curso Profuncionário no auditório do Instituto Federal de Brasília

A diretoria do SAE-DF marcou presença para prestigiar os formandos.



## Emenda 113/2015 – Extensão do Auxílio Saúde para a Carreira Assistência à Educação

No dia 29/06 diretores do SAE estiveram em uma reunião com a Presidente da Câmara Legislativa Celina Leão para falar sobre a emenda de número 113/2015, que foi aprovada na CLDF para estender o auxílio saúde à carreira assistência à educação.

## Assembleia Geral para encaminhar a luta da categoria



No dia 25 de Junho foi realizada Assembleia Geral para tratar e deliberar diversos assuntos com a categoria, principalmente no que diz respeito à luta contra a redução ou retirada de direitos e também encaminhar a campanha salarial de 2015.



# Informe Jurídico

## Plano Bresser, 13º, Adicional Noturno, Tíquete-Alimentação, 28,86%...

São vários os processos que tramitam na justiça em defesa de direitos dos servidores da nossa carreira. Diferentemente dos processos envolvendo causas trabalhistas no setor privado, em se tratando de demandas contra o setor público, é inaceitável a morosidade do Poder Judiciário nesses casos.

### Plano Bresser

A ação que o SAE-DF impetrou em defesa dos prejuízos impostos à categoria à época do Plano Bresser, por exemplo, é de 1988. Foram mais de 27 anos entre inúmeras idas e vindas até o trânsito em julgado da sentença e a execução da mesma. Isto mostra o quanto a Justiça é morosa e o lado positivo dessa história é que no segundo semestre deste ano estaremos pagando quase 5mil servidores beneficiários dessa ação, sendo que, no ano, esse número deve elevar-se a mais de 8mil.

### 13º Salário

Há mais ou menos 15 anos, ajuizamos uma ação em defesa das diferenças no pagamento do 13º. A transformação da Gratificação Natalina (mês de nascimento de Jesus Cristo) havia sido transformada em Gratificação Natalícia (mês de nascimento do servidor ou da servidora).

Esperamente, o GDF vinha se beneficiando disso, uma vez que os valores pagos em meses anteriores ao mês

de dezembro a título de 13º eram menores do que o valor realmente devido, pois nesse caminho havia reajustes que o governo ignorava.

A ação do SAE gerou duas boas consequências favoráveis à categoria. A primeira consiste em que, por conta dessa ação, hoje, há um dispositivo contábil que, em ocorrendo qualquer diferença entre a antecipação do 13º salário por ocasião da data de aniversário do servidor ou da servidora e o valor da remuneração devida no mês de dezembro, essa diferença é gerada e creditada automaticamente no contracheque. A segunda se refere ao fato de que vários servidores associados ao SAE que atenderam às repetidas e insistentes convocações do Sindicato à época, e ajuizaram ações nesse sentido, já estão recebendo os valores das diferenças retroativas ao tempo anterior à regularização da situação.

Essa ação e outras mostram a importância de o servidor ser sindicalizado ao SAE-DF, bem como atender às chamadas do Sindicato para ajuizar determinada ação, isto porque em alguns casos, a justiça reconhece o direito apenas aos sindicalizados ou ainda apenas aos que entraram com a ação.

### Auxílio-alimentação

Como se não bastasse a morosidade no trâmite de ações trabalhistas contra o Poder Público, essa demostra fica mais prejudicial ainda quando a própria justiça comete equívoco ao decidir alguma questão de mérito ou procedimental.

Conforme noticiamos, a tese do GDF de que a execução

da ação do tíquete-alimentação estava prescrita caiu por terra no julgamento do último recurso que interpussemos contra esse equívoco.

Essa tese foi, por anos, diuturnamente, defendida não apenas pelo GDF, mas também por alguns que, numa prática oportunista e inconveniente, em verdadeira militância a favor do GDF, se acostumaram a atacar nossa entidade na base de maneira antecipada, injusta e descabida. Agora, derrubada a tese da prescrição, emudeceram vexatoriamente e o processo retornou ao TJDF onde a batalha judicial prossegue discutindo a execução da sentença que nos deu ganho de causa.

## 28,86%, Adicional Noturno, Insalubridade, Periculosidade e outros

O processo dos 28,86% é outro que se encontra em fase de execução e sem uma decisão definitiva em face de sucessivos recursos do GDF que teima em não admitir a dívida, retardando assim o desfecho do processo.

### Em debate

Seguem ainda em debates na justiça questões como as diferenças no pagamento do Adicional Noturno, da periculosidade, abonos dos vigilantes, Gratificação de Desempenho Ocupacional - GDO, 6% do INSS, a questão da titulação e milhares de processos individuais envolvendo questões cíveis, penais e administrativas em defesa dos direitos dos servidores e servidoras da nossa carreira. Seguimos lutando, atuando com compromisso, seriedade e acompanhamento eficiente, junto ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário em defesa da categoria.

## VITÓRIAS DA LUTA DO SAE E DA CATEGORIA NA VOTAÇÃO DA LDO NA CÂMARA LEGISLATIVA

Aprovada pela Câmara Legislativa na madrugada do dia 01/07, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2016 prevê que o governo terá orçamento total de R\$ 29,9 bilhões. O recurso é R\$ 500 milhões maior em comparação ao exercício de 2015, quando a Casa autorizou R\$ 29,4 bilhões. O projeto original recebeu 156 emendas dos deputados distritais, sendo 126 acatadas.

A diretoria do SAE desde as primeiras horas do dia se envolveu através de visitas e reuniões com parlamentares e acompanhou cada minuto no plenário da CLDF e o resultado não poderia ser outro: 3 importantes vitórias para a nossa classe.

### Inclusão de verba no orçamento

Foi aprovada a importante emenda orçamentária proposta pelo deputado distrital Reginaldo Veras (PDT) que inclui verba no orçamento de 2016 destinada a garantir investimento na reestruturação da carreira Assistência à Educação, no valor de R\$ 100 milhões de reais, em 2016, rumo ao cumprimento do Plano Distrital de Educação.

### Auxílio Saúde

Valeu o esforço e o empenho da diretoria do SAE-DF ! Ficamos muito tempo convivendo com o absurdo, pois se o Governo não faz o plano de saúde, no mínimo, deveria ampliar o auxílio saúde que foi negociado com a Carreira do Magistério para os servidores da Carreira de Assistência. Ao não conceder este benefício o Governo só aumentava a insatisfação em uma categoria que desenvolve um trabalho fundamental para a educação

pública do DF.

Porém o legislativo deu um grande passo rumo a nossa conquista, pois na madrugada do dia 01.07 foi aprovada também a Emenda Parlamentar nº 113/2015, de autoria da Deputada Celina Leão (PDT), que inclui no Anexo IV, item II da nova lei, a previsão de mais de R\$ 40 milhões anuais até 2018 para a extensão do Auxílio-Saúde para os profissionais da Carreira de Assistência à Educação. O SAE – DF estará acompanhando todo o processo.

### AUXÍLIO SAÚDE - UMA LUTA QUE TEM HISTÓRIA :

Em maio do ano de 2012, foi realizada uma greve movida pelos profissionais do magistério que durou 52 dias. Sob o argumento de que não dispunha de recursos para promover aumentos salariais nos percentuais reivindicados pelo movimento por conta de limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o governo ofereceu R\$200 a título de auxílio-saúde, que foi acatado pela assembleia dos profissionais do magistério em greve, esquecendo-se assim dos profissionais da educação da nossa carreira.

A reação e a indignação da direção do SAE foram imediatas, pois, embora a categoria não estivesse em greve, não aceitou que o benefício fosse concedido somente a uma parte dos profissionais da educação, pois a carreira Assistência à Educação ficou de fora.

Trata-se, portanto, de uma luta que já ultrapassou os três anos.

### Meia entrada

Foi aprovada também uma alteração na lei que garante meia entrada aos professores (Lei nº 3516/2004). A alteração foi proposta no Projeto de Lei nº 44/2015, aprovado no dia 1º de julho que estende aos servidores da carreira Assistência à Educação a concessão de desconto de 50% na aquisição de ingressos para eventos artísticos, culturais e desportivos realizados no DF.

Importante destacar que, para ter acesso ao benefício, o servidor ou a servidora deve apresentar o contracheque com o nome e a carteira de identidade.



**EXPEDIENTE: SAE-DF – Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas no Distrito Federal - site: [www.saedf.org.br](http://www.saedf.org.br)**

**Diretoria Colegiada - Secretária de Imprensa: Ediram José Oliveira Silva** - Jornalista: Walkiria Simões - Fotos: Félix Pereira - Avaliação e Revisão: Conselho Editorial  
Sede e subedes do SAE-DF: **Plano Piloto:** SDS Ed. Venâncio IV Bloco Q Loja 74 (Conic) - Fones: (61) 3223-8575 / 3224-6000 / 3223-0075 / 3222-6173 Fax: (61) 3226-2526 - DDG: 0800 619797 - Email: [imprensa@saedf.org.br](mailto:imprensa@saedf.org.br) - **Gama:** AE 20/21 Ed. Alternativo Center Sala 163 Setor Central - Fones: (61) 3384-5164 Email: [gama@saedf.org.br](mailto:gama@saedf.org.br) - Celular: (61) 8625-9159 - **Planaltina:** SHD lote 01 Bloco L Loja 05 (Setor Central) - Fones: (61) 3389-2938 Email: [planaltina@saedf.org.br](mailto:planaltina@saedf.org.br) - Celular: (61) 8625-9158 - **Taguatinga:** C12 Bloco G Área Especial nº01 Ed. Paranoá Center Salas 104 e 105 (Tag. Centro) Fones: (61) 3352-1585 - Fax: (61) 3561-0559 - Email: [taguatinga@saedf.org.br](mailto:taguatinga@saedf.org.br) - Celular: (61) 8625-9160 / 8521-4575